- XXVII -**FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DE
DOCENTES:
VIVÊNCIAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA****Elena Maria Billig Mello**Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
profelena@gmail.com**INTRODUÇÃO**

Este é um relato de experiência no Programa Residência Pedagógica (PRP) lançado pelo Ministério de Educação (MEC) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no ano de 2018. Objetivamos compreender o projeto institucional do PRP como política de formação acadêmico-profissional¹⁹ de professores, no viés crítico-reflexivo e criativo; ultrapassando a perspectiva técnico-regulatória da proposta governamental.

ATUAÇÃO NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Nesta escrita, o contexto da prática da política serve como referencial de análise, ciente que essa é incipiente, pois o PRP foi implementado a alguns meses, ou, conforme Ball, Maguire e Braun (2016), a atuação nessa política é recente.

¹⁹ Diniz-Pereira (2008) designou "formação acadêmico-profissional" a junção da formação inicial e a continuada de professores, como responsabilidade compartilhada entre a universidade e a escola de Educação Básica.

As principais normativas da atual política de formação docente são a Resolução CNE/CP nº 02/2015 e o Parecer CNE/CP nº 02/2015²⁰; e o Decreto nº 8.752/2016²¹. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi uma alternativa exitosa na formação de professores, mas que necessitou a mobilização para que o mesmo não fosse extinto. Disso resultou a descaracterização do PIBID, com a criação do Programa de Residência Pedagógica, proposto pela Portaria nº 38/2018 e pelo Edital nº 06/2018 da CAPES (BRASIL, 2018a, 2018b).

Esse Edital destaca dentre seus objetivos: “Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente [...]” (BRASIL, 2018b, p. 01). Define que a “residência pedagógica é uma atividade de formação realizada por um discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo”. (BRASIL, 2018b, p. 01).

A UNIPAMPA optou participar do referido Edital ao refletir ser uma forma de conhecer a política “por dentro”. O PRP propõe a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental como processo de formação dos acadêmicos e vincula-se ao estágio curricular supervisionado. Revertemos esse propósito para um processo diferente do intuito governamental, no sentido do projeto do PRP UNIPAMPA (2018) ser mais um espaço de formação acadêmico-profissional entre a universidade e as escolas de Educação Básica numa perspectiva crítico-reflexiva e inovadora.

Ball, Maguire e Braun (2016) entendem que a política educacional acontece com o trabalho dos professores no chão da escola; onde o texto da política, com suas intencionalidades (muitas delas implícitas), é implementado na atuação cotidiana. Nesse relato, o PRP tem sua atuação com uma docente orientadora, vinte e sete acadêmicos residentes do Curso de Ciências da Natureza e quatro professoras preceptoras de três escolas-campo no município de Uruguaiana-RS.

As atividades do PRP iniciaram em agosto de 2018; foram, inicialmente, planejadas pelos docentes da Universidade envolvidos no Programa, preocupados com uma proposta institucional sem o viés formatado, restrito à concepção curricular da famigerada BNCC, que

²⁰ A Resolução CNE/CP nº 02/2015 e o Parecer CNE/CP nº 02/2015 dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada.

²¹ O Decreto nº 8.752/2016 dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

tem as competências como princípio básico formativo da educação; perspectiva essa com foco na formação técnica, performática, do ensinar a fazer. Ao contrário, o planejamento da UNIPAMPA foi participativo e coletivo, tendo como foco a inovação pedagógica. Inovação essa concebida²² como um conjunto de intervenções coletivas e participativas, que visam estratégias de construção, execução e avaliação de objetivos, conceitos, metodologias, tecnologias e espaços educacionais necessárias às transformações histórico-sociais de uma comunidade escolar, com protagonismo dos envolvidos.

O PRP está organizado em quatro etapas, sendo: Etapa I - Formação do grupo de preceptoras e residentes; Etapa II - Ambientação e contextualização da escola-campo; Etapa III - Imersão e docência na escola-campo; Etapa IV - Relatório final, avaliação e socialização. As etapas totalizam quatrocentos e quarenta horas. Até o momento, atuamos com as duas primeiras etapas.

Nos encontros formativos entre professora orientadora, residentes e preceptoras, na Etapa I, diferentes estratégias metodológicas foram implementadas, das quais emergiram várias temáticas. Os residentes e preceptoras sistematizaram seus conhecimentos de forma reflexiva, crítica e criativa com a elaboração de *lapbooks* individuais, socializados ao final da etapa. Foi proposto também um caderno de anotações das reflexões, denominado “caderno de ideias pedagógicas”.

Na Etapa II, os residentes foram divididos em três escolas-campo. Na ambientação realizaram a contextualização dessas, análise dos projetos político-pedagógicos, entrevistas com as equipes gestoras, observações dos contextos educativos e participação em reuniões, entre outras ações educativas. Houve a socialização criativa das atividades, quando residentes relataram o quanto estão se percebendo em processo formativo da identidade profissional docente, assumindo-se nessa profissão tão importante, mas desvalorizada social e economicamente.

O relato de uma preceptora ilustra esta etapa: “[...] A ambientação e análise do PPP me ajudaram a conhecer melhor a escola, às vezes a rotina não nos permite que vejamos com riqueza de ideias como está constituída e estruturado e o nosso espaço de trabalho.”. Um residente manifesta que “[...] permitiu conhecer não apenas a estrutura física da escola, mas sim compreender o contexto que a envolve. Local que atende comunidades pertencentes a

²² Essa perspectiva de inovação pedagógica resulta dos estudos do Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica na Formação Acadêmico-profissional de Profissionais da Educação (GRUPI/UNIPAMPA).

uma realidade diferente das quais estamos habituados a conhecer em nossas práticas. E isso torna essa experiência única. [...]”.

Nosso desafio é continuar nas demais etapas do projeto institucional do PRP com a perspectiva de que os residentes atuem nas escolas-campo como protagonistas críticos e inovadores na área de Ciências da Natureza; muito além do que preconiza o texto da política governamental desse Programa.

REFLEXÕES FINAIS

Percebemos que o texto da política é alterado na atuação cotidiana, coletiva, reflexiva e consciente da função social da educação pública. A atuação no projeto institucional do PRP possibilitou avanços em que a inovação pedagógica aconteceu nas e pelas pessoas envolvidas na formação acadêmico-profissional de docentes.

Tomamos conhecimento de que a residência pedagógica foi incorporada à proposta da Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica, baseada em competências técnico-regulatórias. Apresentada pelo MEC, em dezembro passado, sem consulta aos profissionais da educação, tramitará no Conselho Nacional de Educação neste ano.

Muitos desafios educacionais enfrentaremos nesses tempos sombrios. Freire (2010, p. 72) nos inspira a esperar: “Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria. [...] A esperança faz parte da natureza humana.”.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: editora UEPG, 2016.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018. Institui o Programa de Residência Pedagógica. Brasília, 2018a.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital CAPES nº 06/2018. Programa de Residência Pedagógica. Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. Brasília, 2018b.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A formação acadêmico-profissional: compartilhando responsabilidades entre as universidades e escolas. In: TRAVERSINI, Clarice et al. (Org.). **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, v. 1, p. 253-267.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.